

# MASP

## BREVE HISTÓRIA DE UM MITO

POR DANIELE PISANI

*Em um de seus Ensaios, intitulado “Sobre os coxos”, como de hábito irônico e ao mesmo tempo piedoso em relação aos defeitos congênitos do ser humano, Miguel de Montaigne se detinha na tendência de não só se acreditar numa história, mas ainda enriquecê-la com detalhes ulteriores. “O erro individual”, escreveu, “gera o erro público, e depois, por sua vez, o erro público gera o erro individual. Assim, de mão em mão, vai toda essa construção tomando corpo e se formando, de maneira que a testemunha mais longínqua está melhor informada que a mais próxima: e a última informada, mais convencida que a primeira”. Pensamos sempre que os outros são os que cometem esse erro elementar; a história do MASP - na qual todos acreditamos, e que talvez nós mesmos já tenhamos contado para aqueles que não a conheciam - demonstra impiedosamente, como se verá, a falácia desta convicção.*

LEONARDO FINOTTI

Este artigo resume parte da pesquisa de Daniele Pisani sobre a história do terreno do MASP, o Museu de Arte de São Paulo, concebido por Lina Bo Bardi. Estudando o projeto, nunca construído, de Affonso Eduardo Reidy para o MAM-SP (Museu de Arte Moderna de São Paulo), que se pretendia construir no mesmo lote da Avenida Paulista, o historiador italiano descobriu que já em 1952 Ciccillo Matarazzo (o então presidente do MAM-SP) havia desistido de implantar o museu no local; muitos anos antes, portanto, de Lina Bo Bardi reivindicar, em 1959 (e não em 1957, como se tem dito habitualmente), a construção do MASP naquele endereço. Ou seja, nunca houve a disputa que se acreditava ter existido entre as duas instituições. Atendo-se, então, às afirmações - amplamente divulgadas na historiografia do MASP - de Pietro Maria Bardi (diretor do museu na época) e da arquiteta de que o insucesso do projeto do MAM deveu-se ao descumprimento de uma cláusula constante no contrato de doação do terreno à municipalidade - a famosa exigência para se deixar livre a vista do belvedere em direção ao centro da cidade -, Pisani saiu à busca de tal documento a fim de comprovar o fato. Caso contrário, afinal, inexistindo tal impedimento, qual seria a razão do partido do MASP? Procurou em arquivos públicos e privados e em cartórios, e o que encontrou foram vestígios de uma história curiosa e desconhecida. Um emaranhado de enganos e omissões, trazido à tona - com riqueza documental - no livro de Daniele Pisani que a Editora 34 está prestes a lançar, do qual uma pequena parte encontra-se condensada no artigo a seguir.

1. “SOB A CONDIÇÃO”

A história do MASP é por demais conhecida para que nos ocorra aqui repeti-la uma vez mais. Nos limitaremos a reportar as palavras com que a contaram os seus principais criadores, ou seja, o autor da sua atual sede e o seu diretor na época. Em um texto anônimo - mas verossímil de Lina - publicado na *Habitat* em 1960, lê-se que o MASP teria sido construído sobre um

*... terreno que foi doado à cidade sob a condição de não ser ocupado por construções que o tomassem inteiramente, mas lhe favorecessem um “Belvedere” de uso público, com um grande terraço sobre a cidade.*

Encontramos reafirmada por Lina uma análoga reconstrução dos fatos em uma conferência proferida na FAU-USP em 1990:

*Eu tenho vergonha quando dizem que o MASP tem o maior vão livre do mundo! Eu nunca quis fazer o maior vão livre do mundo, só que havia a doação do terreno que impunha como condição para seu uso a manutenção de um belvedere com vista para São Paulo. Se eu tivesse construído um prédio com*

*colunas e eliminasse o belvedere, o terreno voltaria aos herdeiros [...]. Por causa da exigência de manutenção do famoso belvedere, não podia ter colunas. Como fazer 80 metros sem colunas? Só com uma grande estrutura.*

Também o seu marido, na *História do MASP* de 1992, observava:

*Na avenida Paulista havia um terreno, onde antigamente existira o Trianon [...]. O terreno era da Prefeitura de São Paulo e seu doador, Joaquim Eugênio de Lima, impusera uma exigência: qualquer construção ali realizada deveria manter a vista que se descortinava do centro da cidade.*

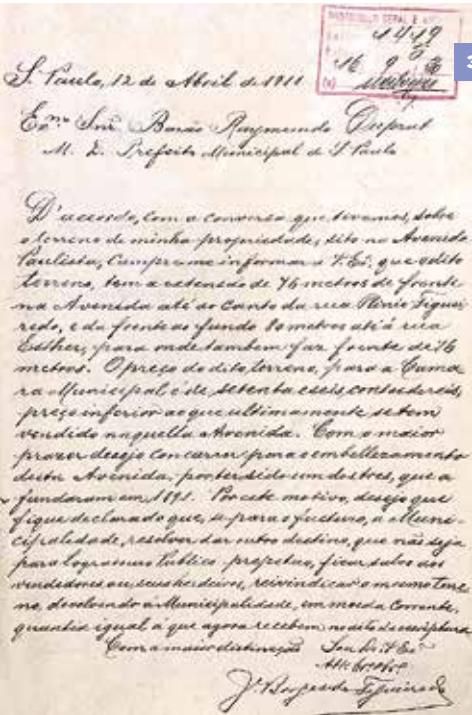
Entre as versões dos fatos oferecidas por Lina, e entre estas e aquela dita por Bardi, existem algumas contradições. Em um aspecto, todavia, eles estavam de acordo: o partido do MASP não foi mérito de Lina, mas a consequência de uma restrição legal. Teria sido uma lei - uma cláusula contida no ato de doação do terreno - que obrigou Lina a configurar o projeto da maneira brilhante que conduziria à solução adotada no MASP. Surge porém uma questão: porque ninguém jamais publicou a cláusula que contém os termos da “exigência” de que fala Bardi e que fundamenta toda a história? A damos de tal forma como certa que parece que a conhecemos de fato, mas a verdade é que dela apenas ouvimos falar sem nunca a termos visto citada, nem ao menos parcialmente. Mas, então, com base em que acreditamos nela?

2. UM “MITO”

A pergunta é sem dúvida retórica, mas o problema que desperta é muito relevante. Em âmbito histórico, não se crê por um ato de fé, mas baseado em documentos. No caso em questão, contudo, nunca se viu qualquer documento. Resta apenas entender se ele existe, mas simplesmente ficou desconhecido, ou se não é conhecido porque desapareceu ou até mesmo nunca existiu. Essa última possibilidade parece, à primeira vista, inaceitável. Sobre a história do MASP se pronunciaram Lina, Pietro Maria Bardi

e também o seu engenheiro calculista, José Carlos de Figueiredo Ferraz, e a partir deles centenas de estudiosos escreveram sobre o MASP, nenhum dos quais - até onde eu saiba - jamais colocou em discussão a substancial verdade da versão conhecida dos fatos. Se assim é, no entanto, uma dúvida é lícita (e também necessária) de se ter: no fundo, significa que continuamos a acreditar - sem nunca termos tido, ou seja, visto, qualquer prova - naquilo que disseram as fontes que, por princípio, são sempre as menos confiáveis, ou seja os próprios protagonistas. Façamos uma pausa, porém. Antes de fazermos afirmações indemonstráveis, provemos dar um mínimo de clareza, articulando por pontos a história como a conhecemos. Sabemos, através do casal Bardi, que 1. o terreno sobre o qual foi construído o MASP pertenceu a Joaquim Eugênio de Lima; 2. este o doou à prefeitura; 3. no ato da doação se deveria encontrar uma certa cláusula que fizesse valer a “exigência” do seu antigo proprietário. O que podemos dizer desses elementos básicos da história, presentes nas páginas dos Bardi e depois em todos os artigos, livros e teses de mestrado e doutorado escritos a partir de então sobre a Lina ou sobre o MASP? Bem, somos forçados a admitir que a história que oferecem não resiste nem mesmo ao teste mais elementar. Se porventura alguém tivesse tido a ideia de ir ao oportuno cartório de registro de imóveis, ou tivesse lido o texto da lei - a de nº 1.419 de 10 de maio de 1911 - promulgada na ocasião da aquisição do terreno (algo que se pode fazer, hoje, digitando as palavras-chave no Google), teria descoberto sem muita dificuldade que 1. Joaquim Eugênio de Lima nunca foi proprietário do terreno. Não só: com o mesmo esforço, teria descoberto também que 2. o seu proprietário não doou o terreno, mas o vendeu regularmente à Câmara. Em resumo, nem começamos com as indagações e a história universalmente conhecida de uma obra da importância do MASP já está ruindo diante dos nossos olhos.

1 O Trianon e o Túnel da 9 de Julho: vista antiga, a partir do centro de São Paulo (cartão postal s/d) / 2 Certidão de compra e venda do terreno onde seria construído o MASP / 3 Carta de José Borges Figueiredo dirigida ao prefeito Raymundo Duprat (fonte: Arquivo Histórico do Município de São Paulo)





Alguém poderia argumentar que o que estamos observando não afeta de modo algum o valor da obra. Pode ser. Mas talvez possa mudar o nosso modo de entendê-la. Sobretudo porque, neste caso, sabemos com certeza algo que a muitos não agradará ler nestas páginas: é possível demonstrar - como consta no livro que sairá em breve - que a diretoria do MASP conhecia o nome do real proprietário do terreno, assim como que este o havia vendido e não doado, e que portanto continuou a falar de uma doação feita por Joaquim Eugênio de Lima mentindo conscientemente. É algo feio de se dizer, talvez, mas é a verdade. Não nos interessa, contudo, fazer o papel de juízes. Condenar este e salvar aquele. Interessa-nos entender. E saber que a direção do MASP - e queremos acreditar que a esposa do diretor ignorava os fatos...? - sabia da verdade, mas que apesar disso continuou a repetir uma versão falsa, é uma informação extremamente preciosa. Não compreendemos ainda porque isso aconteceu e, portanto, o que significa; mas já sabemos que, se houve tal deformação da realidade, é evidente que se jogava algo decisivo. Mas o quê? De que modo o nome do antigo proprietário de um terreno ou a sua doação, em vez da venda, podem ser de tal modo decisivos? Para entender, devemos considerar em toda a sua importância a função essencial daquela que Lina chamava de “condição”. O indício que nos pode abrir o caminho para o entendimento da progressão dos fatos é a insistência de todos os protagonistas na origem do partido do MASP enquanto pura e simples consequência de uma restrição legal. No breve texto já citado anteriormente, publicado em 1960 na *Habitat*, por exemplo, se lê:

*Tal tipo de estrutura não foi, entretanto, resultado de qualquer excentricidade arquitetônica. Não buscou o arquiteto uma originalidade de concepção, mas atendeu a um imperativo de necessidade bem definida.*

Decorre algo que é à primeira vista paradoxal: caso único na história da arquitetura, o arquiteto, em vez de se gabar do êxito do próprio projeto, o explica como uma consequência obrigatória e da qual ele não tem mérito algum. No entanto, tendo em vista o que estamos começando a descobrir, não podemos ler essas palavras com a ingenuidade de antes, até mesmo pelo fato de que, sabendo que a fatídica doação nunca existiu, é válido, consequentemente, duvidarmos inclusive da existência de uma cláusula. A questão, aqui, se torna muito intrincada, e neste breve texto sou forçado a simplificar muito os fatos (e também omitir os detalhes que tornam tudo ainda mais prazeroso). Não sem surpresa, no decorrer da minha pesquisa descobri que uma espécie de condição, apesar de tudo, existiu efetivamente. Em particular, o autêntico proprietário do terreno - José Borges de Figueiredo - tinha requerido ao prefeito, Raymundo Duprat:

*Desejo que fique declarado que, se para o futuro, a Municipalidade resolver por outro destino, que não seja para Logradouro Publico prepetuo [sic], ficar salvo dos vendedores ou seus herdeiros, reivindicar do mesmo terreno, devolvendo à Municipalidade, em moeda corrente, quantia igual à que agora recebem no acto da escriptura.*

Não devemos, contudo, nos enganar pela aparência. José Borges escreveu essas palavras - naturalmente até agora inéditas - em uma carta dirigida ao prefeito e, como tal, constante nos autos do processo; nada do seu conteúdo porém entrou no texto oficial da lei nem no traslado de escritura de compra e venda do terreno que se encontra, ainda, em um tabelião da cidade de São Paulo. Ou seja, a “condição”, apesar de real, do ponto de vista legal tem validade incerta porque não se efetivou legalmente. Essa estranha coincidência - a verdadeira existência de uma cláusula, porém potencialmente nula por causa do seu valor contestável - pode suscitar mais do que uma dúvida no leitor. Ou pelo menos pode parecer uma coincidência difícil de sustentar. É verdade: é

evidente que não nos encontramos diante de uma coincidência. Aparentemente estamos em um beco sem saída; mas, ao invés disso, acabamos de encontrar um elemento imprescindível da história - por assim dizer - da história do MASP. Para compreender totalmente a sua função, devemos porém olhar a sede do museu com os olhos um pouco mais livres do que estamos habituados a fazer, nos perguntando: quais eram as exigências do MASP no momento em que, uma década depois do seu nascimento, se colocava em ação para construir a própria sede? O MASP, em poucos anos, tinha feito passos de gigante. Em 1967, Lina se referia a ele como “o primeiro Museu de Arte da América Latina”. Ora, do que necessitava um museu de tamanha importância senão de uma sede à altura da sua coleção? Na conferência de 1990, Lina disse: “Eu nunca quis fazer o maior vão livre do mundo”; mas, havendo vão livre ou não, se quisesse definitivamente se impor como uma das instituições de referência no setor a nível continental, senão mundial, não era próprio de uma sede capaz de elevar-se à condição de ícone que o museu necessitava? Construir “o maior vão livre do mundo” era muito caro porém, mesmo para os infundáveis recursos de Chatô. E de qualquer forma, o MASP não dispunha do terreno, que era - e é ainda - de propriedade pública. Se realmente a direção do museu desejava realizar uma sede à altura das suas próprias ambições, deveria convencer a administração pública não só a construí-la, mas também a fazê-la, por assim dizer, tão inesquecível como aquela que ambicionava. Para dizer em termos mais sóbrios, deveria forçar a prefeitura a investir muito mais dinheiro do que bastaria para realizar um edifício de dimensões similares, mas que não tivesse - falando com as palavras de Lina - “o maior vão livre do mundo”. A função da “condição” aparece, de repente, decisiva. De quais outros meios dispunha, de fato, o MASP, para convencer a prefeitura a construir um museu de vigas protendidas com mais de 70 metros de vão, senão insistindo na restrição legal para que se

deixasse o terreno livre de edificação no nível do solo? É verdade que a efetiva “condição” não era válida, mas não por isto poderia ser menos decisiva: se ofereceu como o modo mais astuto entre os tantos possíveis para se obter a construção da sede de um museu privado, único e inimitável, com fundos públicos. Aqui se explica, neste ponto, porque Lina contou o próprio projeto como mera consequência de uma restrição legal - ao contrário daquilo que foi na verdade: a brilhante escolha de um partido -, mas também como ainda todos os outros protagonistas contaram sempre a mesma versão dos fatos: não podiam de modo algum deixar escapar a verdade. Na condição de prefeito, Adhemar de Barros - figura por si só inclinada a acordos às escondidas, e que além do mais precisava da ajuda dos Diários Associados na sua iminente campanha pela presidência da República - teve naturalmente que fechar os olhos, e talvez fazê-lo de modo que nenhum dos que porventura soubessem da verdade (por exemplo um funcionário de alguma Secretaria) pusesse obstáculo. Nasceu assim o “mito” do MASP: mito, certo, se o mito - conforme Roland Barthes - é uma “torção” intencional da verdade, que acaba por ser unanimemente aceita como verdade e, enquanto tal, “naturalizada”.

**3. “SOBRE AQUILO DE QUE NÃO SE PODE FALAR, DEVE-SE CALAR”**

Não podemos enumerar aqui as provas de que as coisas andaram assim como contamos; neste espaço apresentamos apenas uma delas, escolhida pela razão de revelar um dos protagonistas no ato da traição da versão acordada da história. Dispomos, de fato, de uma variante datilografada, conservada no Instituto Lina Bo e P.M.Bardi, mas significativamente até agora inédita, de um dos mais famosos textos escritos por Lina sobre o MASP - “O Novo Trianon”, publicado na *Mirante das Artes*, &tc. em 1967 -, a qual se afasta de modo significativo da versão publicada exatamente nos trechos relativos à história do MASP.

Não podemos fazer aqui um confronto, ponto a ponto, entre as duas versões. Nos limitamos a propor um par de trechos, inequívocos, da versão datilografada e inédita. O primeiro:

*Em projetar o conjunto do novo Trianon minha primeira preocupação foi a de ordem semantico [sic]. Um edifício que “comunicasse” de imediato o seu ser, que não desse lugar a falsas interpretações ou equívocos [...]. Afastei todas as soluções “livres”, mesmo se, à primeira vista, mais “interessantes”, para desenhar uma forma simples e “recolhida”, honesta.*

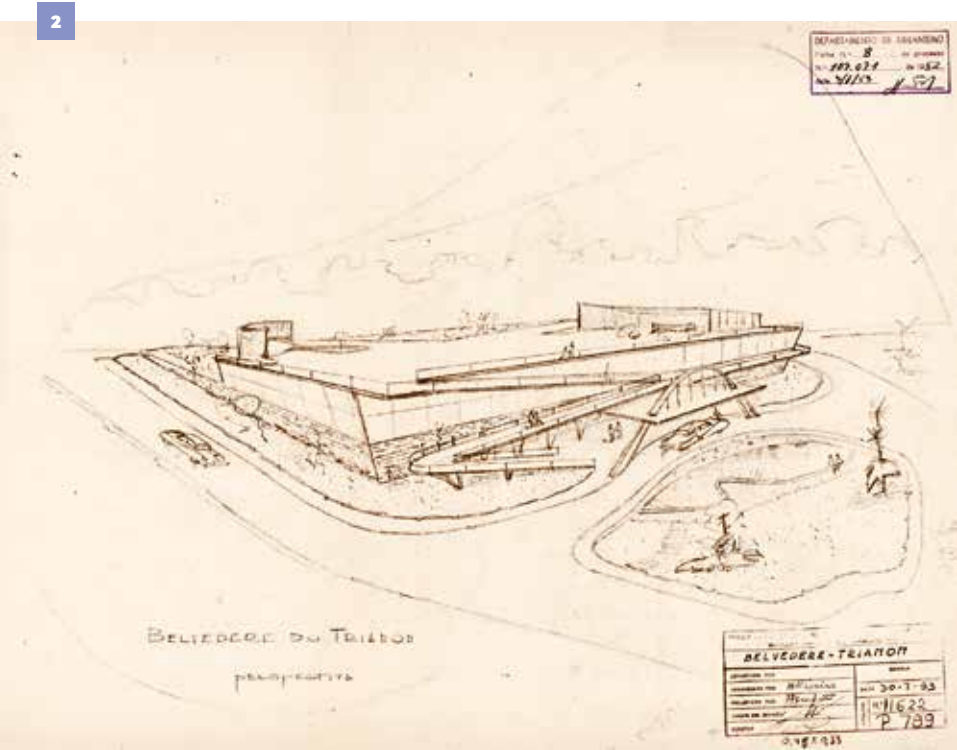
O segundo:

*A estrutura em concreto protendido das quatro vigas de 70 metros de comprimento foi [trecho apagado no documento] como a mais correta, permitindo uma “limpeza” que as soluções de “paredes portantes” ou colunas intermediárias escondidas, não teriam permitido.*

No primeiro, encontramos a afirmação de Lina - contrariando assim tudo o quanto declarou em toda a sua vida - de que o partido do MASP foi uma escolha, e não uma restrição: “afastei” não deixa margem para dúvida, de fato, na medida em que exprime a escolha entre uma série de soluções possíveis. O segundo reforça esta leitura: eu poderia até ter previsto - diz Lina - a presença de “paredes portantes” ou de “colunas intermediárias escondidas”, nada enfim me teria impedido, mas se o tivesse feito - e portanto era possível fazê-lo - teria prejudicado a “limpeza” da solução vislumbrada. De resto, já havia dito, “minha primeira preocupação foi a de ordem semântica”. As palavras de Lina nos parecem inequívocas. Igualmente, se não ainda mais inequívoco, nos parece o destino dessas palavras, que constam na primeira formulação de um texto destinado à publicação, mas que no entanto desaparecerem na versão publicada. Ninguém deveria saber de nada disso: a história a ser contada era outra. Vale a pena talvez acrescentar que aquilo que para um

grupo restrito de pessoas - os Bardi, Figueiredo Ferraz e poucos outros - era uma necessidade, com o passar dos anos começou a se propagar autonomamente e, próprio como observava Montaigne, não sem significativos enriquecimentos. Há uma década, por exemplo, um famoso jornalista e historiador paulista escreveu:

*O terreno onde hoje se encontra o MASP foi doado ao município em 1924, juntamente com o bosque do outro lado da Avenida Paulista [...]. O terreno havia sido doado à municipalidade com a condição que não se prejudicasse a vista que o local proporcionava... O autor parece nem mesmo se dar conta de que se, como ele sustentava, o terreno tivesse sido doado por Joaquim Eugênio de Lima, é difícil que isso tivesse ocorrido em 1924, sendo que Joaquim morreu em 1902.*



**1** Recorte de jornal, com notícia sobre um projeto de órgão da prefeitura paulistana para o futuro terreno do MASP, publicada no *Diário da Noite* em 1957

**2** Reprodução da perspectiva de outro projeto municipal, datada de 1953

#### 4. O QUE É O MASP?

Como dizíamos, a versão datilografada de “O Novo Trianon” é apenas uma das provas de que a história do MASP universalmente conhecida é, ou algo próximo disso, uma mentira. Quem quiser uma segunda evidência, pode consultar *O Estado de S. Paulo* de 20 de fevereiro de 1957 ou o *Diário da Noite* de 25 maio do mesmo ano, nos quais encontrará a vista em perspectiva de um dos projetos elaborados por técnicos da prefeitura para o terreno do MASP - um projeto que, infringindo uma restrição evidentemente inexistente, ocupava grande parte do lote. É com uma pergunta, todavia, que devemos fechar esta breve intervenção. Esperamos ter demonstrado aqui que a narrativa da história e do sentido do partido do MASP, elaborada por pessoas próximas ao museu e depois disso jamais verificada, com a consequência de ter sido universalmente aceita como verdadeira, é uma mentira, formulada

inicialmente com um interesse específico mas depois repetida acriticamente. Saber que o fundamento do MASP é uma mentira fere a nossa consciência? Cada um de nós pode pensar sobre isso conforme o seu próprio código moral. Certo é que não parece válido colocar em discussão o valor da obra ou a autenticidade da ambição de Lina em dotar a Avenida Paulista daquilo que, em uma carta inédita para Ewaldo Dantas Ferreira, definiu tanto como uma “ausência” quanto como uma “praça pública em movimento”. Não nos interessa entrar no clube dos adoradores acrícos de Lina, bem como não nos interessa negar a grandeza do resultado obtido pela arquiteta. O que gostaríamos, no entanto, é que o debate - sobre o MASP, e não só - começasse a se basear em uma visão informada e crítica dos fatos. O que é o MASP? Não cabe a mim dizê-lo. De certo não é aquilo que, até hoje, pensávamos que fosse.